



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

DIÁLOGOS POLÍTICO-RELIGIOSOS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO (1947 – 1972)

BONINI, Lara (PIC/CNPq), FECILCAM, larascs@hotmail.com

MEZZOMO, Frank, FECILCAM, frankmezzomo@gmail.com

RESUMO: A pesquisa objetivou realizar levantamento e análise dos diálogos travados pelo Legislativo Municipal de Campo Mourão com o universo simbólico religioso, entre os anos de 1947 e 1972. O trabalho privilegiou a análise das pautas das sessões da Câmara, a proposição de decretos de leis, as homenagens, títulos e menções honrosas concedidas para os porta-vozes do campo religioso. Constatou-se que as manifestações religiosas não estão restritas a espaços determinados, mas tornam-se aspectos influentes nos mais alternados agentes sociais.

Palavras-chave: Religiosidade. Poder legislativo. Campo Mourão.

1 APONTAMENTOS INICIAIS

A pesquisa buscou compreender a expressão pública da religião ao realizar levantamento e análise dos diálogos estabelecidos entre o Legislativo Municipal de Campo Mourão e o universo simbólico religioso. Estiveram sob análise da primeira (1947) à sexta (1972) composição do legislativo municipal.

No contexto da formação do Estado Moderno, o papel do Poder Legislativo é fundamental, pois cabe a este entre outras funções, a elaboração das leis e a fiscalização dos atos dos demais poderes constituídos (Executivo e Judiciário). As leis, elaboradas de forma abstrata, geral e impessoal, são feitas para todas as pessoas e não devem atender a interesses ou casos individuais. Os vereadores eleitos por meio do sistema do voto proporcional, outorgam requerimentos, proposições e auxílios que acabam configurando o espaço geográfico urbano e rural do município, bem como interferindo no desenvolvimento social, econômico e cultural.

No arquivo permanente (BELLOTTO, 1991) da Câmara Municipal de Campo Mourão constatou-se a existência de vasta documentação que registra os diversos afazeres dos vereadores somados com inúmeras passagens que flagram os constantes diálogos



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

estabelecidos com os porta-vozes do campo religioso representado, nesse momento, por bispos, padres, pastores, presbíteros oriundos de igrejas localizadas dentro e fora dos limites geográficos do município. Assim, entende-se que as fontes produzidas (in)voluntariamente e (in)conscientemente possuem uma representatividade particular no que tange a compreensão histórica de Campo Mourão, pois por meio da análise dos documentos derivados dos poderes públicos, o pesquisador pode entender a dinâmica social, econômica e mental de grupos e indivíduos.

Paralelamente ao trato do *corpus* documental localizado na Câmara Municipal, consultou-se o acervo da Biblioteca Pública e do Museu Municipal onde localizou-se artigos e livros que tratam da ocupação e colonização da Mesorregião Centro Ocidental e, sobretudo, historicizam o desenvolvimento político e administrativo de Campo Mourão. Toda documentação é lida e analisada com base as discussões conceituais que problematizam questões relativas a secularização e laicização do Estado, assim como as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos sociais. Por fim, a partir das fontes primárias (LAKATOS; MARCONI, 2002) coletadas e do referencial teórico, tornou-se possível analisar a pluralidade das relações estabelecidas entre os atores oriundos do campo político e religioso.

2 FUNDAMENTOS ACERCA DO CAMPO POLÍTICO E RELIGIOSO

Invocar quanto às pertenças entre o campo religioso e político remete a constituição da memória coletiva social. A memória, considerada como fonte e como fenômeno histórico, torna-se um componente intrínseco à formação e desenvolvimento contínuo das comunidades, sendo *locus* da coletividade. Assim, no entendimento de Jacques Le Goff, a memória compreende “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades”. (LE GOFF, 2003, p. 469).

A presença do fenômeno religioso na esfera pública continua a ser historicamente construída por atores governamentais e não-governamentais. Algumas compreensões teóricas apontam para uma fase de retorno da religião à política e outras vertentes acenam que não há retorno porque a religião jamais esteve afastada do cenário político. Nessa



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

segunda compreensão, há o entendimento de uma continuidade e não uma suposta ruptura entre religião e política que caracteriza os fundamentos do Estado Moderno. (FIGUEREDO FILHO, 2002).

Vale destacar que, apesar de os centros decisórios não estarem sujeitos às hierarquias religiosas, o Estado laico ao mesmo tempo foi legitimando a presença do religioso no espaço público. O pesquisador Carlos Alberto Steil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, rebate aos que afirmam haver uma divisão contrastante entre religião e política:

Entre a adesão religiosa e a ação política se estabelece uma série de mediações de ordem racional e ética que acaba destituindo o religioso de um sentido prático no campo da política. Rituais políticos devem ser executados e vividos como atos de cidadania e rituais religiosos como atos de fé e de culto. Essa divisão, no entanto, tem se apresentado empiricamente muito mais como uma ideologia, do que como uma prática efetiva. (STEIL, 2001, p. 80)

Ou seja, a despeito das especificidades destes campos, político e religioso, há uma via de imbricação mútua, em que, apesar da perspectiva secularizante, o campo religioso e político mantêm-se em constante aproximação ativando sistemas de crenças e de valores políticos. Qualquer ponto de contato nesta relação entre política e religião precisa ser pensado a partir de múltiplas mediações para dar conta da sua complexidade.

Nesse aspecto é possível compreender que há uma dilatação das fronteiras entre os campos político e religioso, tornando-se interessante averiguar as particularidades existentes quanto à composição municipal e a relação religião e poder local. Essa compreensão teórica norteou a realização da pesquisa.

3 DIÁLOGOS DO PODER LEGISLATIVO E O UNIVERSO SIMBÓLICO RELIGIOSO

Partindo do pressuposto que a religião pode ser considerada como um sistema de símbolos inerentes ao desenvolvimento humano (GEERTZ, 1989), verifica-se a manifestação da religiosidade nos mais diversos contextos sociais. O poder simbólico das religiões abrange a memória histórica dos habitantes, a configuração geográfica urbana e rural, e também, as ações políticas e administrativas locais. Tal percepção é plausível ao se



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

cotejar fontes históricas que evidenciam iniciativas envolvendo o poder legislativo municipal e a composição religiosa.

Ainda que o Estado seja considerado laico, a presença religiosa no espaço público se legitima e se reafirma constantemente. O pesquisador Eduardo Rodrigues da Cruz reitera que:

Os poderes constituídos não podem interferir nas escolhas que as pessoas fazem quanto a suas crenças, mas, em compensação, as pessoas (mesmo quando constituídas em grupos organizados como as igrejas) não podem impor suas crenças à Nação, legitimamente representada pelo Estado. Este apresenta-se como mantenedor da ordem pública, como uma entidade que funciona de acordo com regras próprias, sem nenhuma sanção (ou falta de) sacra. (CRUZ, 2004, p. 59)

De tal forma, as políticas públicas não podem impor um fundamento religioso único, entretanto, é possível assinalar interferências e imbricações próprias do campo religioso sobre/com o campo político. Adentrar nesta temática exige do pesquisador adquirir um olhar analítico sobre esses fatos referenciais e suas intervenções na constituição pública. Deste modo, dialogando com a memória local, verificam-se as configurações desenvolvidas e recomposições moldadas também pelo aspecto religioso no município de Campo Mourão.

Enfatiza-se a imbricação político-religiosa com a presença de agentes religiosos, destacando-se a figura do bispo Dom Eliseu Simões Mendes, que emergem em diversas datas representativas do município, como na inauguração do prédio da Câmara Municipal, em manifestações públicas e em sessões solenes, indicando um *status* oficial à religiosidade católico-cristã nas atuações públicas de Campo Mourão. Desta questão, a geógrafa brasileira Zeny Rosendahl (1996) entende que o cristianismo, como religião do Estado adotada pelo Império Romano, deu aos líderes da Igreja *status* oficial, sendo então, influente nas ações administrativas e públicas.

Cabe destacar a presença da religiosidade na casa de leis de Campo Mourão a partir do “requerimento do vereador Alcides Ferreira e outros, solicitando a existência de um crucifixo símbolo de salvação da humanidade no plenário desta casa”. O tema da simbologia ou do emprego de símbolos representativos é abordado pelo autor Cruz que considera “objetos, obras artísticas, livros e palavras que são retirados do cotidiano para nos conduzir ao mundo dos deuses” (CRUZ, 2004, p. 34).

Verificou-se, também, que diversas instituições religiosas foram subsidiadas pela casa legislativa, ainda que determinadas proposições em favor das entidades acarretassem discordâncias ou debates entre os vereadores. As instituições foram beneficiadas com



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

auxílios do poder executivo e legislativo, mediante a transferência de recursos financeiros, doação de terrenos para construção de igrejas e templos, concessão de crédito a entidades educacionais e assistenciais, isenção de impostos e declaração de Utilidade Pública, entre outros. É possível concluir acerca da representatividade e trocas de benesses com várias instituições eclesiais e o poder legislativo mourãoense.

Ao longo da pesquisa observou-se subvenção a diversas instituições. A igreja Congregação Cristã do Brasil no ano de 1956 é assistida pelo projeto de lei de autoria do vereador Reinaldo Silva com doação de terrenos. A Adventista do Sétimo Dia recebe a importância de quinze mil cruzeiros tendo como finalidade a construção de um edifício escolar, o projeto de 1955 é de autoria do vereador Arthur Moreira de Castilho¹. No ano de 1959, a Associação Adventista do Sétimo Dia solicita o valor de trinta mil cruzeiros do poder legislativo². Ainda, os vereadores Nelson Bittencourt Prado e Alcides Ferreira, peticionaram auxílio financeiro no valor de vinte mil cruzeiros destinado a construção da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no ano de 1957³.

Disponibilizou-se também auxílios financeiros a Catedral São José que, por meio do requerimento do padre João Asmann ao legislativo, recebe o valor de cem mil cruzeiros destinados à construção da paróquia já em andamento no ano de 1957⁴. E, no ano de 1958, tendo em vista os preparativos para instalação da diocese de Campo Mourão, a câmara municipal autoriza a doação de terrenos e disponibiliza à Mitra Diocesana o crédito financeiro de quinhentos mil cruzeiros, pagáveis em parcelas, destinados à construção da

¹ Conforme atualização de valores, o valor de Cr\$ 15.000,00, citado no projeto de lei, corresponde atualmente ao valor de R\$ 6.442,95. O cálculo é possível através do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. **Fundação de Economia e Estatística.** Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Acesso em: 02 de ago. de 2011.

² O valor de Cr\$ 30.000,00, no ano de 1959, corresponde atualmente ao valor de R\$ 6.382,96. **Fundação de Economia e Estatística.** Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Acesso em: 02 de ago. de 2011.

³ Na atualização de valores, o valor de Cr\$ 20.000,00 corresponde atualmente ao valor de R\$ 6.623,48. **Fundação de Economia e Estatística.** Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Acesso em: 02 de ago. de 2011.

⁴ No ano de 1957, o valor de Cr\$ 100.000,00 corresponde atualmente ao valor de R\$ 32.004,21. **Fundação de Economia e Estatística.** Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Acesso em: 02 de ago. de 2011.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

sede do bispado no município⁵. Além, a importância de duzentos mil cruzeiros requeridos pelo vereador João Seratiuk, sendo disponibilizado no ano de 1961 às obras da catedral⁶.

A Comunidade Evangélica Luterana de Campo Mourão foi atendida no ano de 1958 com a doação de vinte mil cruzeiros para construção de templo, o projeto de lei foi apresentado pelos vereadores Ivo Mário Trombini, Alfonso Germano Hruschka e Napoleão Batista Sobrinho, sendo suplentes que assumiram no decorrer da legislatura⁷ (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 101). Em 1961, o poder legislativo doa um terreno no perímetro urbano ao Centro Espírita de Campo Mourão, o projeto de lei apresentado continha a seguinte justificativa: “Existindo diversas famílias espíritas praticantes nesta cidade, desejosas de terem um local (centro espírita) onde possam comungar sua fé, apelam ao chefe do executivo no sentido de deferir referido projeto”. O Centro Espírita também recebeu auxílio financeiro de cinquenta mil cruzeiros para a construção da obra arquitetônica.

Em 1968 o vereador Augusto de Oliveira Carneiro apresenta o projeto de lei que declara de Utilidade Pública o Instituto Luterano Livre de Campo Mourão. As instituições sem fins lucrativos declaradas de Utilidade Pública possuem ações que são reconhecidas como complementares a ação do Estado e, por isso, podem ser financiadas e tuteladas por ele (BASTOS, 2003, p. 01).

Por fim, a pesquisa demonstra as implicações políticas e religiosas presentes no transcorrer das legislaturas, sendo possível conjecturar acerca das afinidades religiosas por parte de vereadores, inseridos nas condutas políticas partidárias e também nos preceitos religiosos, como membros e representantes das instituições. Neste contexto, podem-se apontar as analogias religiosas do vereador Porfírio Quirino, membro da Igreja Congregação Cristã e do agente político Waldemar Roth membro da Loja Maçônica, ambos os vereadores da primeira legislatura. Também o vereador José Pereira Carneiro que doa a primeira imagem de São José, considerado posteriormente como padroeiro da cidade, ressalta-se

⁵ O crédito de Cr\$ 500.000,00, disponibilizado à Mitra Diocesana, corresponde atualmente ao valor de R\$ 154.817,11. **Fundação de Economia e Estatística.** Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Acesso em: 02 de ago. de 2011.

⁶ O valor de Cr\$ 200.000,00, no ano de 1961, corresponde atualmente ao valor de R\$ 26.757,62. **Fundação de Economia e Estatística.** Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Acesso em: 02 de ago. de 2011.

⁷ O valor de Cr\$ 20.000,00, citado no projeto de lei, corresponde atualmente ao valor de R\$ 5.814,51. **Fundação de Economia e Estatística.** Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Acesso em: 02 de ago. de 2011.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

que a doação é caracterizada pela simbologia católico-cristã, afinal, “os santos são as representações fundamentais do catolicismo popular, como seres pessoais e espirituais dotados de poderes” (ROSENDAHL, 1996, p. 71-72).

Ainda, o agente político Ephigênio José Carneiro que propõe a lei que concede o título de cidadão honorário ao bispo diocesano de Campo Mourão. Na mensagem justificativa do projeto, o vereador retrata que atribuir a cidadania honorária ao bispo daria “um exemplo dignificante das excelentes relações do nosso povo com a sua Igreja, além de encerrar uma consideração especial ao ilustre prelado, seu chefe espiritual em nossa região”.

O vereador Getúlio Ferrari apresenta o projeto de lei denominando a praça da qual foi instalada a Paróquia São José de “Praça São José”, em sua justificativa, o vereador ressalta que “em homenagem ao grande Santo e demonstrando o sentimento de religiosidade do nosso povo, propomos que se chame Praça São José o logradouro onde se localiza a Catedral Diocesana” (SANTOS JÚNIOR, 2006, p. 103). Denota-se o apreço demonstrado pelo vereador, componente do poder legislativo, pela simbologia católico-cristã ao se referir à homenagem apresentada.

O agente político Alfonso Germano Hruschka, vereador que “foi membro da Loja Maçônica Luz do Oriente desde 1958, sendo eleito Venerável Mestre por duas vezes” (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 176). Há ainda os vereadores que elaboraram e apresentaram projetos à casa legislativa em prol de instituições religiosas, denotando um relacionamento cordial entre a câmara municipal e as entidades.

4 APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Sob tais perspectivas, verifica-se que as manifestações religiosas não estão restritas a espaços determinados, mas tornam-se aspectos influentes nos mais alternados agentes sociais, pois as organizações religiosas se vêem e são vistas como parte da sociedade civil. Adentrando nos meandros do poder legislativo, as entidades são subsidiadas por meio dos componentes da casa laica que atuam em favor de instituições simbólicas religiosas. Os apontamentos apresentados corroboram com a conclusão de Joanildo Burity quando afirma que não se pode mais ignorar a visibilidade pública das religiões.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Tendo em vista os deslocamentos e ressignificações operados entre o campo religioso e político, efetivaram-se ações coordenadas entre pesquisas bibliográficas e aquelas realizadas *in loco*. Buscando contribuir na discussão quanto à política regional e a inserção religiosa, a pesquisa registrou e discutiu os indícios e afinidades entre o campo religioso e político, no legislativo municipal de Campo Mourão entre 1947 e 1972, oferecendo, ainda, material empírico para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, V. L. B. **Declaração de Utilidade Pública**. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/UtIPub.pdf>. Acesso em: 20/01/2011.
- BELLOTTO, H. (et al). A ordenação interna dos fundos. In: **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BURITY, J. Religião, política e cultura. **Revista tempo social**. São Paulo, v. 20, n. 2, 2008.
- CRUZ, E. R. da. **A persistência dos deuses: religião, cultura e natureza**. São Paulo: UNESP, 2004.
- FIGUEREDO FILHO, V. **Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2002.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise, e interpretação de dados**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
- SANTOS JÚNIOR, J. E. **A história da Câmara Municipal de Campo Mourão: 1947 – 1963**. Campo Mourão: Sisgraf, 2005.
- STEIL, C. A. Eleições, voto e instituição religiosa. **Revista Debates do Ner**. Porto Alegre, ano 2, n. 3, setembro de 2001.